

Maria Aparecida C.R. Torres Morais (USP)

1. Introdução

Na literatura recente sobre o português brasileiro (PB), os pesquisadores têm feito, entre outras, duas importantes observações: a primeira diz respeito à perda progressiva dos sujeitos nulos referenciais; a segunda, ao fato de o PB apresentar características das línguas de “orientação discursiva”. No entanto, embora considerem praticamente as mesmas evidências empíricas, a abordagem teórica dos fatos varia consideravelmente, em particular, quanto à questão de estarem ou não relacionadas as duas propriedades. Neste texto, apresentado em sua primeira versão em mesa temática, pretendo retomar alguns aspectos desta correlação, focalizando uma das propriedades mais intrigantes das línguas de sujeito nulo: a de apresentar a alternância omissão/realização do pronome pessoal sujeito em certos contextos específicos. A discussão desta propriedade, à primeira vista contraditória, está na parte I do texto, e será desenvolvida com base nos estudos de Luján (1999) e Soriano (1999), para o espanhol, e (1999) para o português europeu (PE). Estes estudos mostram que a possibilidade da alternância expressão/omissão do sujeito pronominal não é livre nestas línguas, ou seja, existem contextos em que a sua presença é obrigatória e outros em que a forma lexical é excluída, alterando a determinação da referência e estrutura sintática. Além disso, a discussão envolve as propriedades da flexão verbal, de modo que se pode estabelecer um paralelismo entre pronomes tônicos/desinências verbais e os contextos que expressam contraste, frente aos contextos neutros. Um outro ponto importante refere-se ao fato de haver uma assimetria entre 1ª e 2ª vs 3ª pessoa no que diz respeito à recuperação do conteúdo referencial da 3ª pessoa, em particular nos casos em que a sentença está descontextualizada. Portanto, é na perspectiva comparativa que vou considerar a afirmação ainda polêmica de que a perda das propriedades de língua de sujeito nulo da variante brasileira está relacionada tanto às mudanças morfológicas que afetam o paradigma das flexões verbais, quanto ao desenvolvimento da série dos chamados pronomes livres fracos, nos termos de Kato (1999, 2000).

Na parte II, apresento aspectos do quadro teórico mais recente desenvolvido no chamado programa minimalista em Chomsky (2000, 2001), com destaque para os sistemas de Caso/concordância: traços- ϕ , Caso estrutural e EPP, dentro do conjunto dos chamados traços formais [-int] interpretáveis. Meu principal objetivo é apresentar a hipótese de que a parametrização da propriedade EPP pode estar determinando as diferentes configurações que recebem interpretações de caráter informacional ou discursivo, numa concepção de gramática em que a Faculdade da Linguagem reduz drasticamente a complexidade computacional.

¹ Gostaria de agradecer imensamente ao Eduardo Raposo, Milton Azevedo e aos revisores anônimos deste texto. Infelizmente, não pude incorporar a maioria das sugestões e correções pertinentes que me foram feitas.

2. Expressão / omissão dos pronomes nominativos

2.1. Os fatos do espanhol.

Como mencionado na introdução, com base nos dados do espanhol e português europeu (PE), vou discutir a expressão e omissão do pronome pessoal sujeito, enfatizando que a alternância está ligada às propriedades da flexão verbal. O objetivo é mostrar que não se trata de uma alternância livre, mas condicionada pelas propriedades que distinguem os pronomes expressos dos nulos, com importantes consequências para a interpretação das frases que os contêm². Assim, os pares *Ha venido e Ella ha venido* fazem parte do conjunto de dados que motivam Soriano (1999) a afirmar que, no espanhol, “...los pronombres sujeto y objeto son explícitos sólo si su presencia es necesaria por cuestiones tanto gramaticales como interpretativas y su aparición conlleva generalmente una interpretación distintiva o contrastiva, dependiendo de su posición”(p.1232). Do mesmo modo, a autora afirma que uma sentença como (1), perfeitas em línguas como o francês e inglês, são inaceitáveis para um falante nativo do espanhol:

(1) *Juán es mi vecino de al lado. Él es estudiante de matemáticas, pero él se interesa también mucho por la filosofía porque él tiene una novia filósofa* (p. 1227).

A sentença em (1) se torna gramatical se em lugar do pronome *él* ocorre o pronome referencial nulo. Quando a forma nula (átona) é selecionada, a forma expressa (tônica) requer um contexto discursivo, seja lingüístico ou não, que justifique a interpretação contrastiva ou enfática que a mesma expressa. Na ausência do contexto adequado, a sentença é anômala. A mesma alternância entre interpretação contrastiva vs interpretação neutra pode ser verificada em outros tipos de dados. Observemos o conjunto em (2):³

- (2) a. Cuando *e* trabaja, *Juan* no bebe. *e* = Juan
 b. *Juan* no bebe, cuando *e* trabaja. *e* = Juan
 c. Cuando *él* trabaja, *Juan* no bebe. *él* ≠ Juan
 d. *Juan* no bebe cuando *él* trabaja. *él* = Juan
 e. (*Juan*) permite que sus empleados beban en el trabajo, pero cuando **(él)* trabaja, *Juan* no bebe.
 f. Nadie imagina que {*él/e*} va a ganarse la lotería.⁴

² A discussão não inclui os expletivos das construções existenciais e inacusativas, concentrando-se nos pronomes de terceira pessoa do singular, nas sentenças principais e subordinadas com verbos finitos.

³ Os exemplos desta seção foram adaptados de Luján (1999) e Soriano(1999).

⁴ Os fatos relacionados às propriedades anafóricas dos pronomes de terceira pessoa nulos e explícitos, incluindo os contextos com quantificadores e o fenômeno da identidade estrita ou imprecisa, são muito mais complexos e dependem não apenas da natureza referencial ou quantificacional do referente do pronome, como também de fatores de natureza sintática ou hierárquica que não tenho condições de comentar aqui. Mas veja Negrão (1999) para uma discussão do pronome *ele* nulo e pleno no PB.

Em (2a-b), a forma pronominal nula na sentença adverbial é co-referente a *Juan*, na sentença principal. Por sua vez, em (2c), a expressão do pronome na sentença anteposta leva a uma leitura disjuntiva, que não se percebe em (2d), em que a sentença adverbial tem uma colocação diferente em relação à principal. Segundo Luján, esta dicotomia é difícil de explicar se não se considera a distinção entre pronomes tácitos e pronomes expressos e contextos contrastivos/enfáticos vs contextos neutros.⁵

É esta mesma argumentação que dá conta do exemplo (2e). Observe-se que nas sentenças em que se mostra disjuntivo, o pronome tônico pode ser co-referente, se as sentenças estão em um contexto discursivo apropriado, no qual o pronome é interpretado como contrastivo, destacando o referente como termo de uma comparação, ou contraposição. Assim, a oração adverbial em (2e) é idêntica à oração em (2a). O que as diferencia é que em (2e) a oração adverbial está contextualizada, e o contexto contém um elemento ao qual se contrapõe o pronome, ou seja, *los empleados* que não fazem o mesmo que *Juán*, tornando necessária a sua expressão. O asterisco fora do parêntese mostra que a sentença seria inadequada com o pronome tácito.

Também na presença dos quantificadores (2e), a dicotomia se manifesta: o pronome nulo tem uma leitura distributiva, sendo interpretado como “variável ligada” pelo quantificador *nadie*; já o pronome pleno está fora dos efeitos do quantificador e pode se referir a qualquer pessoa mencionada previamente no discurso ou determinada contextualmente, isto é, tem interpretação de “variável livre”.

Os exemplos do inglês em que traduzem os do espanhol (2a-d), mostram o mesmo contraste. No inglês, porém, é uma oposição entre a forma pronominal átona (equivalente à forma nula do espanhol) e a forma tônica acentuada (equivalente à forma léxica do espanhol):

- (3) a. When *he* works, *Juan* doesn't drink.
 b. *Juan* doesn't drink, when *he* works.
 c. When HE works, *Juan* doesn't drink
 d. *Juan* doesn't drink, when HE works.

A dicotomia ênfase/contraste tem, portanto, efeitos sintáticos, e afeta a determinação referencial dos pronomes. Além disso, as formas *él/ella/ellos/ellas* apresentam a particularidade de referirem obrigatoriamente a pessoas (4a-b). No caso do referente inanimado, a opção é pela forma nula (4c). Em (4a), os pronomes *él/ella* são contrastivos.

- (4) a. *Juan y María* trabajan. *Él* está en una empresa de construcción y *ella* es arquitecta.
 b. *Compré una mesa y un sillón. *Él* tiene tapizado de cuero y *ella* es de diseño italiano.
 c. He visto la última película de Woody Allen. Tiene un guión excelente.

⁵ Em outras palavras, os pronomes lexicais, quando complementos de preposição são neutros se tiverem seu acento normal; para se tornarem contrastivos, precisam de “acento adicional” ou de “proeminência”: cf. *João_i disse que o Paulo confia nele_i*, em que *nele* não contrastivo possui o “acento lexical” de *ele*.

Como Luján observa, o termo “enfático” deve ser entendido de forma relativa de acordo com cada categoria, e não em sentido absoluto. Daí que se pode equiparar o acento enfático do pronome ao do nome expresso, embora este possa ter maior intensidade. Assim, não é contraditório que a mesma forma seja enfática em um contexto e neutra em outros.

Entretanto, os pronomes plenos não são enfáticos se estão em posição na qual não podem ser omitidos, já que sua omissão daria uma seqüência agramatical. Isto ocorre, por exemplo, nos contextos em que aparecem como complementos de preposição ou conjunção, categorias que por sua própria natureza não apresentam afixos de flexão para a expressão dos valores pronominais. Nestes contextos, embora na forma tônica, os pronomes explícitos permitem a interpretação neutra, como os nulos. Note-se ainda a possibilidade de interpretação dos pronomes neutros como variável ligada por operador (5d), em oposição a (2f) acima, e a referência a objetos inanimados, nos moldes dos pronomes nulos em (5e).

- (5) a. *La directora se enfada si alguien aporta más que ella.*
 b. Cada vez que hablo con *él*, *Juan* me pregunta por ti.
 c. Cuando mi amigo y * (*yo*) nos reunimos, hablamos poco.
 d. *Nadie* quiere que sus vecinos se quejen *de él*.
 e. Conocen *la propuesta* y piensan brigar *por ella*.

A interpretação disjuntiva obrigatória do pronomeônico com quantificadores está restrita, portanto, às posições em que a alternância expressão/omissão é possível. Por outro lado, nos contextos em que não podem ser omitidos, os pronomes tônicos tornam-se contrastivos se são pronunciados com um grau maior de acento, nas mesmas condições em que se acentuam os nomes. Ou seja, a sua forma forte se explica prosodicamente.

- (6) a. *A tu padre* le molesta que hablen de {*él/ÉL*}.
 b. A tu {*padre/PADRE*} le molesta que hablen de *él*.

Observe-se finalmente que, com a flexão de terceira pessoa do plural, os pronomes sujeitos têm uma interpretação indefinida. Quando isto ocorre, são nulos, ou, em outros termos, obrigatoriamente expressos pela desinência verbal. Ao contrário, a sua expressão lexical leva a uma interpretação referencial.

- (7) a. Llaman a la puerta.
 b. *Ellos* llaman a la puerta.

2.1.1. A forma *usted(es)*

É um fato muito conhecido que as línguas românicas desenvolveram formas especiais para gramaticalizar o tratamento. Enquanto em alguma delas, usam-se pronomes já existentes (italiano e francês), o espanhol, ao lado do português, possui uma forma derivada dos sintagma *vuestra merced* e *vossa mercê*, respectivamente. Como argumenta Soriano (1999), a forma *usted(es)* apresenta propriedades que a distinguem dos outros pronomes tônicos, entre elas, o uso mais freqüente, resultante tanto de fatores pragmáticos como gramaticais. Por não alternar com a forma familiar *tú*, o motivo pragmático do seu uso é a expressão do tratamento mais formal ou respeitoso; por seu lado, os fatores gramaticais resultam da ausência de sua identificação por parte da flexão que tem traços de terceira pessoa e não de segunda. Além disso, a forma se destaca por não receber, na maioria dos

casos, interpretação distintiva. Este último fato é importante por revelar aspectos da distribuição de *usted*: (i) na posição pré-verbal de sujeito, *usted* tem interpretação contrastiva como os demais pronomes tônicos (8a-b); (ii) em posição pós-verbal final, é foco contrastivo como os sujeitos em geral (8c); (iii) tem a possibilidade adicional não permitida aos sintagmas nominais e demais pronomes de aparecer imediatamente após o verbo finito em orações afirmativas com interpretação neutra (8d).

- (8) a. *Tú* non puedes entrar aquí.
 b. *Usted* non puede entrar aquí.
 c. Ha tenido la culpa {*usted/Juan/ella*}(no *yo*)
 d. Se irá *usted* acostumbrando al clima paulatinamente.

A colocação especial da forma *usted* decorre, assim, das circunstâncias em que é identificada pela flexão verbal, ou seja, a forma nem sempre é identificada em seu conteúdo pronominal, se está omitida, através da desinência flexional. No entanto, a afirmação feita em (iii) pode ser relativizada, levando-se em conta que, de modo semelhante ao pronome de cortesia, os sujeitos pronominais podem ocorrer após o verbo principal ou auxiliar sem interpretação contrastiva nos contextos ambíguos. Isto se verifica com certas formas verbais sincréticas, entre elas, a 1ª e 3ª pessoas do singular no imperfeito do indicativo e subjuntivo.

- (9) a. Estaba *yo* sentada oyendo las noticias cuando apareció tu hermana.
 b. No diría *yo* tal cosa.

2.2. Os fatos do português europeu

Nos limites deste texto, a breve apresentação de aspectos do sistema pronominal do espanhol teve como objetivo estabelecer o quadro comparativo para a apresentação dos fatos do PE, no que se refere à alternância realização e omissão dos pronomes referenciais nominativos, sendo ambas línguas de sujeito nulo. A discussão e exemplificação dos fatos, baseou-se integralmente em Lobo (1999) e vai estar dividida em três subpartes: na primeira, faço referência às sentenças coordenadas; na segunda, às orações independentes; na terceira, às orações subordinadas completivas.

2.2.1. Em estruturas coordenadas do tipo de (10a-d), observa-se uma dicotomia importante: a omissão obrigatória do sujeito no segundo termo da coordenada com sujeitos co-referentes de 3ª pessoa vs realização obrigatória dos sujeitos de 3ª pessoa com referência disjunta:⁶

⁶Lembramos que as sentenças coordenadas apresentam propriedades particulares, que não vou discutir neste texto, mas que, certamente, podem ter um efeito na referência disjunta obrigatória dos pronomes expressos, e na co-referência obrigatória das formas nulas. Estas mesmas propriedades é que podem estar atuando no fato de que, mesmo em línguas de sujeito obrigatório, é possível omitir o pronome nos termos coordenados. Importa ainda mencionar que o espanhol se comporta como o PE nas estruturas coordenadas e subordinadas completivas.

- (10) a. O mecânico₁ arranhou o pneu e $e_1/*_2$ foi-se embora.
 b. O mecânico₁ arranhou o pneu e $ele*_1/2$ foi-se embora.
 c. O João₁ viu o Pedro₂ no cinema, mas $e_1/*_2$ não lhe falou.
 d. O João₁ viu o Pedro₂ no cinema, mas $ele*_1/2$ não lhe falou.

As relações não se alteram ainda quando fatores semânticos e pragmáticos interferem na identificação do antecedente do sujeito da segunda oração:

- (11) a. O João₁ bateu no Pedro₂ e $e_1/*_2$ ficou com nódoas negras.
 b. *O João₁ pediu desculpa à Ana₂ e $e_1/2$ ficou mais tranquila.
 c. O João₁ pediu desculpa à Ana e e_1 ficou mais tranquilo.

Assim, o contraste observado entre (11a)/(11c) e (11b) mostra que só o sujeito da oração coordenante pode determinar a referência do sujeito da coordenada. Quando isto não ocorre, a sentença é anômala semanticamente. Por outro lado, em sentenças coordenadas com referência disjunta e sujeitos de pessoas diferentes, é praticamente obrigatória a realização do pronome da 3ª pessoa descontextualizada:

- (12) a. ?* e foste ao cinema e e foi ao teatro.
 b. (Tu) foste ao cinema e ele foi ao teatro.
 c. ?* e cheguei atrasado e e zangou-se comigo.
 d. e cheguei atrasado e ele zangou-se comigo

O mesmo não se verifica com sujeitos disjuntos de 1ª e 2ª pessoas. Neste caso, não é obrigatória a realização fonética do sujeito da segunda oração:

- (13)a. (Eu) chamei-te, mas e não me acudiste.
 b. Eu chamei-te, mas tu não me acudiste.

Ao contrário, com sujeitos de 1ª ou 2ª pessoa co-referente, é preferível a omissão na segunda oração, principalmente se o sujeito da oração coordenante não está foneticamente realizado. Observem-se os dois grupos de exemplos, com a 1ª e 2ª pessoa, respectivamente:

- (14) a. Eu fui ao cinema e e diverti-me imenso.
 b. ?*Eu fui ao cinema e eu diverti-me imenso.
 c. *Fui ao cinema e eu diverti-me imenso.
- (15) a. Tu vais estudar e e vais ver como consegues perceber.
 b. ??Tu vais estudar e tu vais ver como consegues perceber.

Orações como (16) mostram ainda que o primeiro termo da coordenação tem escopo obrigatório sobre o segundo termo:

- (16) a. * e_1 teve um desastre e ele_1 foi para o hospital.

- b. *O João₁ teve um desastre e ele₁ foi para o hospital.
 c. O João₁ teve um desastre e e₁ foi para o hospital.

Os dados apresentados mostram, portanto, que o sujeito de 3ª pessoa é obrigatoriamente nulo no segundo termo das estruturas coordenadas quando é co-referente com o sujeito da oração coordenante e obrigatoriamente realizado, quando a referência é disjunta. No entanto, há assimetrias entre 1ª e 2ª vs 3ª pessoa. Neste ponto é interessante lembrar que há vários casos em que o pronome está obrigatoriamente realizado nas línguas de sujeito nulo, e o PE não é uma exceção. Um deles é o das respostas a interrogativas-qu, com instanciação de sujeito, ou seja, em que o sujeito é o foco informativo, e corresponde ao elemento novo (17a-g):⁷

(17) Quem comeu o bolo? a) *Comi. b) Comi eu. c) Comi-o eu. d) ?*Eu comi (não sei quem comeu mais...) e) Fui eu. f) *Fui. g) *Eu fui.

Lobo (1999) observa que a realização pré-verbal do pronome é melhor quando há outros candidatos possíveis como resposta à mesma pergunta. Assim, a interpretação de (17d) é diferente da de (17b), uma vez que a primeira não é a resposta adequada à pergunta. O pronome, neste caso, recebe uma interpretação contrastiva, não funcionando como foco informativo. Estes contextos de pergunta/resposta com interrogativas –qu também são importantes, porque revelam que elementos que expressam o foco informativo ocupam a posição pós-verbal, no moldes dos exemplos (17b,c, e).

2.2.2. Um dos aspectos mais interessantes do PE, ao lado do espanhol (cf.seção 2.1.) é o de apresentar a alternância omissão/realização do pronome nos contextos ditos “clássicos” nas línguas de sujeito nulo referencial, em oposição às línguas que não permitem a opção. Trata-se das orações finitas independentes, descontextualizadas, do tipo de (18a-b):

- (18) a. Vou ao cinema.
 b. Eu vou ao cinema.

De acordo com Lobo, a alternância expressa em (18) não é livre no PE, e a cada uma das estruturas estão associadas situações pragmáticas diferentes, ainda que não muito visíveis, já que o conteúdo proposicional básico das duas orações é idêntico. A omissão do pronome corresponde ao caso não marcado, enquanto a sua realização implica uma certa ênfase sobre o sujeito, um contraste que opõe o sujeito da frase a outros sujeitos pragmaticamente possíveis. Novamente, cria-se um contraste entre as pessoas verbais, de modo que, no conjunto das sentenças em (19a-c), isoladas de uma situação ou do discurso anterior, só as duas primeiras são bem-formadas:

⁷ Em trabalho em andamento procuro mostrar que o PE se equipara ao espanhol também nas propriedades a seguir: (i) apresenta particularidades no uso da forma *você* e distribuição particular decorrente da necessidade de identificação da forma e da sua interpretação neutra ou enfática; (ii) especializa a posição imediatamente pós-verbal para os pronomes nominativos tônicos com leitura neutra nos casos de ambigüidade, criada pela falta de distinção da desinência verbal de pessoa em certos tempos verbais; (iii) interpreta como neutro os pronomes tônicos oblíquos.

- (19) a. *e* vou ao cinema./ *e* fui ao cinema.
 b. *e* vais ao cinema./ *e* foste ao cinema.
 c. **e* vai ao cinema./ **e* foi ao cinema.

Ainda na avaliação da autora, com a 3ª pessoa do singular descontextualizada, a omissão do pronome torna a frase (quase) agramatical. O mesmo não acontece com a 1ª e 2ª pessoas, que parecem dispensar identificação contextual. Neste caso, os traços morfológicos da flexão permitem recuperar sem ambigüidade os traços de pessoa e número. No entanto, é preciso considerar que as restrições na identificação da 3ª pessoa nula atingem também a 3ª pessoa lexical, e as sentenças precisam estar em um contexto discursivo que permita identificar o referente:

- (20) ?*ele/ela* vai ao cinema.

Como discutido, as formas de 3ª pessoa, sejam plenas ou nulas, exigem quer um contexto lingüístico prévio, quer a presença de um interlocutor. No caso do pronome nulo, a restrição da co-referência reside em sua natureza de variável ligada. No caso da forma plena, esta é livre, e pode ter uma interpretação disjuntiva ou co-referente, dependendo de um discurso ou contexto em que se justifique a sua interpretação contrastiva ou enfática.

2.2.3 O PE ainda apresenta contrastes no comportamento dos sujeitos de 1ª e 2ª vs 3ª pessoa nas subordinadas finitas, com o verbo no modo indicativo, nos moldes das orações independentes. Enquanto os sujeitos nulos de 1ª e 2ª pessoas apresentam sempre uma referência determinada, o mesmo não acontece relativamente aos sujeitos de 3ª pessoa. Estes deverão ser identificados no discurso. Em (21), a oração principal e a subordinada apresentam sujeitos disjuntos:

- (21) a. A Ana₁ pensa que *e**_{1/2} encontrei o João na segunda-feira.
 b. A Ana₁ pensa que *e**_{1/2} encontrei o João na segunda-feira.
 c. (Eu) penso que *e**_{1/?}*₂ encontrou o João na segunda-feira.

Ao contrário, com pessoas verbais idênticas na oração principal e na subordinada, somente a referência disjunta é possível, sob determinadas condições, com a 3ª pessoa, a única que não está inerentemente ligada ao discurso:

- (22) a. (Eu)₁ penso que *e*_{1/*}₂ encontrei o João na segunda-feira.
 b. (Tu)₁ pensas que *e*_{1/*}₂ encontrei o João na segunda-feira.
 c. Ela₁ pensa que *e*_{1/?}?₂ encontrou o João na segunda-feira.

Por outro lado, em orações subordinadas com a 3ª pessoa em que os sujeitos da principal e subordinada têm referência disjunta, a opção menos marcada e descontextualizada corresponde à realização do sujeito da subordinada. A leitura disjunta só será possível com sujeito nulo, se o conteúdo da categoria vazia puder ser recuperado por um tópico discursivo, como mostram os dois conjuntos de exemplos (23) e (24):

- (23) a. O João₁ disse que e₁ ia ao cinema.
 b. *O João₁ disse que e₂ ia ao cinema.
 c. (O Pedro₂) O João₁ disse que e₂ ia ao cinema.
- (24) a. O João₁ disse que e₁/?*₂ estava doente.
 b. O João₁ disse que ele??_{1/2} estava doente.
 c. O que é que se passa com o Pedro₁ ?
 d. O João₂ disse que e_{1/*2} estava doente.

Os dados do PE brevemente apresentados nesta seção, permitem algumas conclusões bastante próximas daquelas que foram feitas para o espanhol. Em primeiro lugar, observou-se que, dada a possibilidade da alternância expressão/omissão do pronome sujeito, esta não é livre nos diferentes contextos. Os pronomes que se pronunciam ou se realizam lexicalmente em posição na qual poderiam ser omitidos são elementos que expressam contraste ou ênfase, e esta é a razão pela qual a sua presença explícita é requerida por elementos de um entorno discursivo adequado. Da mesma forma, a ausência do pronome leva a uma interpretação neutra. Conclui-se ainda que a co-referência da forma nula vs interpretação disjuntiva da forma plena pode ser entendida, levando-se em conta a hipótese de que o pronome nulo de 3ª pessoa, em oposição ao pronome pleno, tem sempre uma interpretação de “variável ligada” a um determinado referente no contexto lingüístico ou discursivo, enquanto a forma plena é livre, e pode se referir a qualquer elemento previamente mencionado no discurso ou determinado no contexto. De fato, como foi observado, nos casos em que se mostra disjuntivo, o pronome tônico de 3ª pessoa pode ser co-referente, se as sentenças estão em um contexto discursivo apropriado que permitam a interpretação contrastiva, destacando o referente como termo de uma comparação, ou contraposição. Em outras palavras, a ausência dos pronomes nominativos nas línguas de sujeito nulo do tipo do espanhol e PE, é requerida nos contextos não-marcados, enquanto a sua realização leva a uma interpretação marcada.

Finalmente, a assimetria entre as três pessoas gramaticais, discutida com base nos dados do PE, pode ser entendida se consideramos que a diferença fundamental entre as formas pronominais é própria da informação gramatical que elas contêm, e que especificam os seus traços de pessoa, número e gênero. Como se sabe, os pronomes pessoais normalmente remetem a um dos participantes no ato de comunicação. Entretanto, enquanto a primeira e segunda pessoas remetem aos participantes na situação discursiva, o seu uso dêitico, a terceira pessoa é a não- pessoa, nos termos de Benveniste (1966), ou seja, remete a algo distinto dos participantes, seja pessoa ou não, presente no contexto lingüístico ou extralingüístico. Concluindo a argumentação, lembro que os textos escritos, sejam literários ou não, constituem exemplos do uso do pronome tônico e pronome tácito na expressão da ênfase/contraste, frente à neutralidade. Para uma breve ilustração deste ponto, observemos os trechos de anúncios e entrevistas retirados de revistas portuguesas.

- (25) a DNA: A sua mulher apoiou-o sempre no seu trabalho?

E.G. Não. *A minha mulher* no início não gostava nada da minha profissão. *Ela* fez de pai e de mãe quando *os meus filhos* eram pequenos. *Eu* viajava muito e não a acompanhava quando *eles* estavam doentes, etc. *Ela* era professora e tinha de se desdobrar para atender a tudo. Acho que fui sempre um mau pai. Nunca dei a assistência que *eles* mereciam, porque isso é uma obsessão doentia. (DNA, 05. 02. 00)

b. ... E pensa que *estes serviços* são caros? Não. *Eles* custam muito menos do que possa imaginar. (VISÃO, 1999)

c....Alimente o sonho de seus filhos.|| *Os seus filhos* merecem o melhor. Merecem uma alimentação rica, equilibrada e variada. | Merecem Milfarin, uma papa muito boa... (Pais & Filhos, 1999)

d.|| Clinicamente testado, *este creme eficaz* | proporciona alívio rápido através da sua | tripla acção única: || Alivia e melhora rapidamente as assa- | duras. || Forma uma barreira que protege da | humidade, mas permite à pele respirar. || Proporciona uma acção anti-bacteriana | evitando o aparecimento de assaduras. || E sendo hipoalérgico, é muito suave e| pode ser usado todos os dias...(Pais & Filhos, 1999)

Nos textos acima, chama a atenção o fato de que, nos casos em que estão realizados lexicalmente (25a,b), os pronomes referenciais em função de sujeito são contrastivos, pondo em destaque elementos relevantes em uma situação comparativa, em oposição aos pronomes tácitos, não contrastivos. Observe-se que (25b) é bastante interessante porque mostra um uso da forma *eles* não permitido no espanhol, uma vez que o pronome léxico retoma um referente [-humano]. Por seu lado, casos como (25c-d) exemplificam um uso do pronome de 3ª pessoa em que a omissão é explorada como recurso para não se destacar o antecedente, o que possibilita que o mesmo seja interpretado como neutro.

2.3. Mudanças no português brasileiro.

A partir de Tarallo (1983), um conjunto significativo de estudos têm apresentado resultados diacrônicos e abordagens dentro de quadros teóricos específicos que revelam, entre outras mudanças, que o PB, em contraste com o PE, perdeu a propriedade de omitir pronomes referenciais em certos ambientes sintáticos. Duarte (1995, 2000), em particular, obtém resultados quantitativos que claramente sugerem que o decréscimo na expressão do sujeito nulo referencial pode estar relacionado à redução do paradigma flexional verbal, decorrente, segundo a autora, não de processos fonológicos, mas de uma mudança no sistema pronominal, a partir da substituição das formas de segunda pessoa *tu/vós* pelas formas gramaticalizadas de tratamento *você/vocês*, com o verbo na terceira pessoa.⁸ As sentenças em (26) ilustram a propriedade do PB de exibir pronomes plenos em contextos onde se esperaria ausência nas línguas de sujeito nulo, segundo a dicotomia ênfase/neutralidade assumida:

(26) a. *Eu* estou com dor de cabeça.

⁸ Enquanto o paradigma histórico da flexão verbal apresenta seis terminações distintas, o paradigma sincrônico se reduz a quatro, e mesmo a três na língua coloquial. Cf. também o estudo de Ilari et alii (1996).

- b. Eu, com certeza, *eu* faço esta viagem para a Europa..
- c. O José disse que *ele* está doente.
- d. *Ele* apenas está repetindo o que *ele* ouviu pela televisão.
- e. Se *a casa* não for reformada, *ela* vai cair aos pedaços.

A forma expressa do pronome nas sentenças subordinadas (26c-e) é co-referencial ao sujeito da principal e recebe uma interpretação neutra, a mesma que se pode atribuir aos pronomes em posição imediatamente pré-verbal nas sentenças independentes (26a-b). A realização dos pronomes em contextos neutros torna-se, pois, uma estratégia usada pelos falantes do PB. Como vimos anteriormente, no espanhol e PE estes são contextos que exigem a forma tácita, uma vez que a presença dos pronomes plenos levaria a uma leitura contrastiva inadequada.⁹ Duarte (2000) argumenta que a obrigatoriedade na expressão do sujeito pronominal referencial está relacionada a outras tendências, observadas principalmente na língua falada, entre elas, a de realizar os sujeitos de referência arbitrária em sentenças impessoais/existenciais. Em (27), temos exemplos do uso arbitrário ou indefinido do pronome pleno em sentenças com o verbo *haver* ou *ter* existenciais do tipo: *Não há/tem muita clientela no centro da cidade* ou *Há/tem muito concreto na tua frente*:

- (27) a. *Você* não tem mais clientela no centro da cidade.
- b. *Você* vê muito concreto na tua frente.

Duarte afirma ainda que a mudança no sistema pronominal pode estar relacionada às construções de "sujeito duplo" (cf. Pontes, 1987), analisadas como construções de sujeito deslocado à esquerda (DE) e pronome resumptivo, em Kato (1996). O aparecimento das estruturas de DE e sua implementação no sistema não seriam, segundo a autora, fenômenos acidentais; pelo contrário, podem ser vistos como conseqüências da mudança na representação do sujeito pronominal. Os exemplos em (28) estão mencionados em Duarte (2000):

- (28) a. A Clarinha, *ela* cozinha que é uma maravilha.
- b. Eu acho que um trabalho sério, *ele* teria que começar por aí.

Por sua vez, Kato (1999, 2000), apresenta uma teoria do sujeito nulo que retoma a idéia básica proposta nos trabalhos clássicos de Rizzi (1982) e Burzio (1986) de que INFL (Flexão) nas línguas de sujeito nulo é um tipo de pronome ou clítico.¹⁰ Seguindo ainda

⁹ É importante destacar que as sentenças coordenadas não apresentam os efeitos da reanálise, uma vez que parece ainda obrigatório o sujeito nulo referencial nos termos coordenados em sentenças do tipo: *Maria brigou com o namorado e bebeu sozinha a garrafa de vinho*.

¹⁰ Embora a discussão aqui apresentada envolva um conjunto muito restrito de fatos, parto do pressuposto de que os leitores estão familiarizados com a literatura a respeito do parâmetro do sujeito nulo no português, em particular, com os estudos publicados em Kato & Negrão (2000) sobre o PB. Nesta obra, os autores discutiram sob diferentes perspectivas a possibilidade e natureza do sujeito nulo no PB. Uma delas, por exemplo, relacionou o sujeito nulo com flexão "rica", de modo que os efeitos da mudança morfológica no paradigma flexional afeta o licenciamento do sujeito nulo nas três pessoas. Uma outra não estabeleceu uma conexão causal entre paradigmas de concordância e sujeito nulo. O fato de o PB ainda licenciar o

Everett (1996), a autora assume que os afixos de concordância, clíticos e pronomes são realizações “alomórficas” dos traços- ϕ (pessoa e número). As línguas escolhem uma destas formas para os pronominais nominativos: pronomes fracos livres, sujeitos clíticos ou flexão pronominal.¹¹ As línguas de sujeito nulo caracterizam-se por esta última opção. Nestes termos, *pro* referencial deixa de ter um estatuto como categoria descritiva. Aplicando a teoria às mudanças em progresso observadas no sistema flexional do PB, a autora retoma os esquemas em (29), os quais expressam as diferenças entre o PE e PB, no quadro dos pronomes nominativos:¹²

(29) a. PE e PB (antes da mudança)	b. PB (depois da mudança)
1ps fal- o	<i>eu</i> falo
2ps fala- s	<i>cê</i> fala
3ps fala - $\emptyset$	<i>ele/ela</i> fala
1ppl fala – <i>mos</i>	<i>nós</i> falamos
2ppl fala - <i>is</i>	<i>cês</i> falam
3ppl fala – <i>m</i>	<i>eles/elas</i> falam

No sistema proposto por Kato, os pronomes fracos, clíticos, e afixos têm Caso e traços- ϕ . Por conter os traços do sujeito pronominal, a flexão verbal tem também um referente e uma função temática argumental em relação ao predicado. A reanálise da morfologia verbal observada na variante brasileira, leva a concordância a perder o seu estatuto [+pronominal], nos termos de Rizzi (1982,1986) e a co-ocorrer com a formação da série nominativa dos pronomes lexicais átonos, ao lado dos pronomes tônicos que caracterizam as línguas de sujeito nulo.¹³ A hipótese do afixo de concordância [+pronominal] tem consequências importantes para a estrutura da frase, em particular para a projeção Spec,TP e propriedade EPP, como tentarei mostrar na segunda parte deste texto. Portanto, dentro da hipótese de que a dicotomia omissão e expressão do pronome sujeito está relacionada à interpretação neutra e contrastiva, observada anteriormente, pode-se afirmar que as formas flexionais que o PE e espanhol utilizam em função de sujeito equivalem aos pronomes fracos/átonos nominativos do PB. Ou seja, a série nominativa

sujeito nulo referencial em certos ambientes, e com certas pessoas, evidenciaria estratégias especiais para a sua distribuição e interpretação. Ou seja, a presença de sujeitos nulos mostra uma distinção entre pronomes “anafóricos” e “variáveis”.

¹¹Cardinaletti & Starke (1994) propõem, com base em uma série de propriedades de natureza sintática, semântica, fonológica e pragmática, uma tipologia dos pronomes em fortes e fracos. Kato (1999) propõe que os pronominais fracos sejam ainda divididos em livres, clíticos ou afixos. Galves (1997) apresenta evidências de que o pronominal *ele* no PB se comporta como pronome fraco também na função de objeto direto.

¹² O espanhol, italiano, e outras línguas de sujeito nulo têm a mesma propriedade do PE.

¹³ A autora argumenta que os afixos de concordância estão sendo substituídos pelos pronomes fracos, exceto pelo que denomina afixo zero, que ainda funciona como um expletivo nas construções VS existenciais e inacusativas.

dos pronomes átonos livres no PB tem o uso neutro e o valor anafórico dos afixos verbais das línguas de sujeito nulo. Por sua vez, a forma explícita tônica com interpretação enfática do PE e espanhol é similar ao pronome contrastivo do PB. As línguas diferem assim na possibilidade de empregar tanto morfemas flexivos como pronomes explícitos para realizar funções similares.

A duplicação do sujeito lexical por um pronome pleno, ilustrada em (28) é um dado especialmente relevante para corroborar a hipótese do distanciamento da variante brasileira dentro da tipologia das línguas de sujeito nulo que não produzem este tipo de construção. A construção DE representa a evidência fundamental para justificar a análise dos sujeitos pronominais em posição pré-verbal como pronomes fracos, aos quais são atribuídos uma interpretação neutra, ou não contrastiva. Vou aceitar, portanto, que a possibilidade de atribuir uma interpretação neutra às formas pronominais plenas na variante brasileira decorre de dois fatores: (i) reanálise do sistema de concordância das formas verbais, expressa na perda da propriedade [+pronominal]; (ii) criação de um paradigma de pronomes nominativos fracos (átonos), ao lado da série tônica.¹⁴

3. EPP generalizado e línguas de “orientação discursiva”.

3.1. A ordem das palavras nas línguas de sujeito nulo

Aspectos que caracterizam os padrões básicos da ordem das palavras (SVO, VSO e VOS), principalmente os que dizem respeito às posições sintáticas ocupadas por argumentos (sujeitos e objetos) têm estado no centro da pesquisa sintática. Em particular, o estudo das línguas de sujeito nulo tem mostrado que, embora, estas apresentem diferenças entre si, de um modo geral permitem uma liberdade maior no arranjo dos constituintes. Dentro da visão gerativista, alguns autores assumem que a ordem SVO é derivada por movimento-A do sujeito para Spec,IP, satisfazendo as exigências de verificação de Caso e traços- ϕ , enquanto expletivos nulos preenchem a mesma posição nas ordens com inversão VSO e VOS. Dentro desta perspectiva, a posição Spec,IP está obrigatoriamente projetada na estrutura frasal e se define como a posição dos sujeitos sintáticos, lexicais ou nulos, referenciais e expletivos. Para o italiano, esta proposta foi defendida, entre outros, por Rizzi (1982), Belletti (1990) e Cardinaletti (1995); para o PE, por Duarte (1987); Âmbar (1992); Costa (1998, 2000), entre outros. Duarte, por exemplo, usa a terminologia “tópico não marcado” e “tópico marcado, respectivamente para os sujeitos pré-verbais em Spec,IP e sujeitos em uma posição externa a IP, identificada como adjunção a IP ou CP. O sujeito pré-verbal em IP não é interpretado como tópico marcado, embora do ponto de vista informacional veicule informação dada. Costa (2000) apresenta também um estudo que discute as evidências de que as construções com sujeito

¹⁴ Entretanto, o que parece distinguir parametricamente o PB e as línguas de sujeito nulo não é apenas a emergência da série de pronomes fracos quase homófonas aos pronomes fortes na função sujeito, e a perda da concordância [+pronominal]. Em trabalho em preparação tento mostrar que, para se entender as mudanças ocorridas no sistema pronominal do PB como um todo, em especial a difusão das formas pronominais fracos no sistema acusativo e dativo, com a perda gradativa dos clíticos de terceira pessoa, é necessário postular uma posterior reanálise no estatuto gramatical das formas *ele* e *você*, relacionada aos traços formais de caso, como proposto em Raposo (1998b) e Lobato (2000).

Na realidade, ~~os fatos do PE~~ com respeito à colocação dos pronomes clíticos com verbo finito, nas sentenças principais - próclise vs ênclise, dependendo da natureza dos constituintes pré-verbais - são muito mais complexos e motivam uma projeção entre CP e IP, denominada FP (focus phrase) ou ΣP (sigma phrase) em Martins (1994), Uriagereka (1995), Raposo (1994,1996,1998a, 2000).¹⁶ Outra afirmação interessante, decorrente da hipótese de que as ordens SVO instanciam uma construção de DEC, foi apresentada na discussão de A&A (1998) nos seguintes termos: as ordens com inversão de sujeito, ou VSO, não têm um expletivo nulo (pro-expl) em Spec,TP. Por esta mesma razão, o sujeito pré-verbal na ordem SVO não pode ser analisado por movimento EPP para Spec, IP ou Spec,TP. As autoras, porém, propõem que as línguas de sujeito nulo manifestam o EPP, mas de forma diferente, ou seja, através do movimento de V para T, sem a projeção de Spec, TP. Esta opção estaria relacionada à morfologia verbal “rica” destas línguas.

O que importa destacar, portanto, nas diferentes propostas sobre a ordem das palavras em línguas de sujeito nulo, como as línguas românicas, são dois pontos: o primeiro é que se reconhece o fato de que a alternância na ordem das palavras é especializada informacionalmente e implementada estruturalmente. A interpretação de um constituinte como tópico/foco ou dado/novo reflete-se na forma pela qual os sintagmas estão estruturados na sentença. O outro ponto diz respeito ao EPP e seu papel na formulação de parâmetros de variação entre as línguas.

Os estudos sobre o PB relacionados à ordem das palavras e estatuto informacional dos sujeitos em posição pré e pós-verbal têm sido também bastante produtivos. Nos termos de Pontes (1987), o PB é língua “orientada para o tópico”, uma vez que *“Quando se começa a observar a língua coloquial espontânea no uso diário, fica-se surpreso com a quantidade de vezes em que ocorrem construções com tópico. Não só elas são abundantes em frequência como em variedades de tipos (p.12). A autora chama a atenção não só para construções de “duplo sujeito” ou DE, como mencionado anteriormente, mas para vários outros tipos de construções, entre elas, as que mostram topicalização de objeto direto (32a); topicalização de advérbios, estabelecendo um quadro de referência espacial ou temporal (32b); complementos oblíquos (32c); adjuntos e complementos nominais (32d-e). Observe-se ainda a ausência da preposição que introduz os complementos verbais e nominais, nos exemplos (32b-e):*

- (32) a. Leite eu não vou comprar.
 b. Essa casa bate bastante sol.
 c. Feijão eu não gosto.
 d. Esse negócio o prazo acaba.
 e. Isso aí eu tenho dúvida.

¹⁶ Como se sabe, o PE, ao contrário de outras línguas românicas de sujeito nulo produz uma construção de topicalização (TOP) de objetos, semelhantes às do inglês, sem envolver pronome clítico resumptivo. Por seu lado, as construções de DEC, não são homogêneas, dependendo se o complemento topicalizado é um PP ou DP. Estes fatos, motivaram Raposo (1996, 1998a) a uma análise unificada das construções de tópico não-quantificacional, e à busca de uma teoria universal que dê conta das suas propriedades, o que inclui uma correlação da TOP com as construções de objeto nulo.

A topicalização de complementos genitivos com verbos intransitivos/ergativos, segue o mesmo padrão.

- (33) a. A belina deita o banco, sabe?
 b. O meu carro furou o pneu.
 c. O Carlos André cresceu o nariz.
 d. A Sarinha tá nascendo dente.

Galves (1993) concorda com a afirmação de Pontes e sugere uma estrutura sentencial particular que codifica a articulação tópico-comentário, com uma posição para a qual o tópico pode se mover, sendo retomado por um pronome resumptivo em spec,IP. A reestruturação do padrão sentencial do PB resulta tanto da reanálise do sistema de flexão verbal como do aumento significativo de preenchimento da posição do sujeito. Galves (1997,1998), chama a atenção, entre outros aspectos da sintaxe do PB, para o seguinte fato: os constituintes pré-verbais têm propriedades de sujeito sintático, ativando a concordância verbal

- (34) a. O carpete de madeira não encera.
 b. A cueca de dinossauro do Calvin está lavando.
 c. As cuecas de dinossauro do Calvin estão lavando.

Por sua vez, Negrão (1999) afirma que “[a]s sentenças do PB parecem privilegiar, já na sintaxe aberta, a marcação da função informacional dos constituintes” (p.63), evidenciando que a variante brasileira se afasta das línguas voltadas para a sentença e se aproxima das línguas “orientadas para o discurso”.¹⁷ De acordo com a autora, nas línguas “orientadas para o discurso” a relação predicativa básica não se estabelece entre o sujeito e predicado dentro do IP, mas entre o IP e um constituinte (foco, tópico e expressões quantificadas) no sistema CP.¹⁸ Ainda com base nos fatos do PB, Kato (1999,2000) assume que nas línguas de sujeito nulo os pronomes lexicais e os NPs sujeitos são externos a TP: a posição pré-verbal para os sujeitos lexicais e pronominais é Spec,ΣP, interpretada como “o sujeito” da sentença categorial. Como observado, Kato exclui *pro* como uma categoria descritiva. Nesta perspectiva, fica descartada a hipótese do Spec,ΣP co-ocorrer com *pro*. A autora assume ainda que a inovação dos paradigmas pronominais, criando um paradigma de pronominais fracos, ou neutros, força a projeção Spec,TP. Neste ponto é bastante revelador destacar ainda que, em seu estudo comparativo do PE e PB, Duarte (1997) investiga a natureza dos núcleos funcionais que codificam traços de concordância e tempo, e conclui que o PE é uma língua “orientada para o discurso”. A

¹⁷ O parâmetro tipológico que separa línguas voltadas para o discurso e línguas voltadas para a sentença foi formulado por Huang (1984). Estudando o chinês, uma língua que não tem concordância verbal, mas licencia categorias vazias não só na posição do sujeito como também na de objeto, o autor conclui que estas se comportam como variáveis ligadas a um tópico nulo.

¹⁸ Por outro lado, é importante ressaltar os resultados diacrônicos de Berlinck (1989) em que a autora mostra que a ordem VS em PB se tornou cada vez menos sensível ao estatuto informacional do sujeito.

autora preocupa-se em apresentar uma definição formal para esta propriedade, afirmando que o PE “... utiliza como traços formais que caracterizam os seus núcleos funcionais traços que codificam conceitos relevantes a nível de estrutura discursiva” (p.376). Existem restrições quanto ao que pode ser suprimido, dependendo da língua/variedade em questão. Enquanto no PE a preposição que pode ser suprimida é um mero marcador de Caso, o PB admite igualmente supressão de preposição semanticamente plena (cf. exs. 32-33).Assim, as sentenças (35a-b) são gramaticais no PE, ao contrário das sentenças em (35c-d):

- (35) a. Essa cerveja eu não gosto.
 b. Esse relatório creio que não precisamos para a reunião de hoje.
 c. *Isso eu tenho uma porção de exemplos.
 d. *O seu regime entra muito laticínio.

A discussão aqui apresentada com base nos fatos do PE e PB parece indicar que a propriedade “orientada para o discurso”, embora possa ser adequada para uma classificação tipológica das diferentes línguas, não pode ser formulada como uma propriedade paramétrica que distingue línguas de sujeito nulo vs línguas que não permitem sujeito nulo. Da mesma forma, o parâmetro do sujeito nulo é um epifenômeno, decorrente de propriedades morfológicas do sistema pronominal. A partir das propostas minimalistas (Chomsky 1995, 2000, 2001), a mais plausível é a hipótese de que nas diferentes línguas o arranjo dos constituintes recebe uma interpretação de natureza discursiva, determinada pelo conjunto dos traços formais [-int]erpretáveis, entre eles, a propriedade EPP generalizado, como veremos a seguir.

3.2. Traços- ϕ , Caso estrutural e EPP generalizado

Nas palavras de Lasnik (2001, p.356) “The Extended Projection Principle” (EPP) has been a pervasive mystery and a pervasive topic of research since it was first formulated by Chomsky (1981).” Os pesquisadores familiarizados com a teoria gerativa sabem que, na formulação original, o EPP foi definido como uma exigência estrutural de que certos núcleos tenham especificador, ou seja, de que as sentenças tenham sujeito. O EPP exige que algo ocupe Spec,TP. Observe-se, porém, que esta exigência não decorre da teoria temática, pois, mesmo quando um predicado não tem um papel- θ para assinalar ao sujeito (o caso das passivas, inacusativas e existenciais), este deve estar presente em Spec,TP (ou Spec,IP). De fato, em línguas como o inglês e o francês, as estruturas que não têm um sujeito temático apresentam a posição do sujeito sintático preenchida por um argumento interno ou expletivo, como mostram respectivamente os exemplos em (36):

- (36) a. A man arrived.
 b. There arrived a man.

Em Chomsky (1995) o EPP recebeu uma interpretação distinta e passou a fazer parte de uma operação geral de verificação de traços. No entanto, em Chomsky (2000, 2001) o EPP volta a ser definido como uma exigência de que certos núcleos funcionais tenham um especificador. Além disso, o autor elabora uma diferente proposta para a verificação

dos traços formais e sugere que a verificação de Caso e traços- ϕ consiste em uma relação denominada Agree, operando entre dois itens: “probe” α e “goal” β , sem movimento. α tem traços- ϕ [-int] interpretáveis que combinam com os traços- ϕ [+int] interpretáveis de β em um domínio de α , valorando e apagando os traços - ϕ de α e o traço de Caso de β . Se β tem um traço de Caso, é “ativo” e estabelece uma relação com os traços- ϕ de α . Além disso, se α e β combinam nos traços- ϕ , e α tem um traço-EPP, então β se move para verificar esse traço. Para tornar mais concreta a exposição, tomemos a sentença (36b). Nesta, há três tipos de traços [-int]: os traços- ϕ de T, o traço-EPP de T e o traço de Caso estrutural do NP *a man*. O conjunto de traços- ϕ de T identifica T como o alvo do movimento/deslocamento; o traço EPP requer que algo ocupe esta posição; o traço de Caso identifica *a man* como o candidato para o deslocamento. Para o conjunto- ϕ de T (probe) em (36b) só há uma escolha: o conjunto- ϕ [+int] de *a man* (goal). Tomando o Caso estrutural como um reflexo do conjunto de traços- ϕ [-int], ele também se apaga sob associação com T. A operação Agree apaga os traços [-int] de T e o traço de Caso estrutural de seu associado, sem movimento. Mas o traço-EPP de T deve ser satisfeito, por “merge” do expletivo *there*. Em outros casos, como (36a), o traço EPP de T requer que o NP *a man* se mova, criando o Spec,TP. O traço de Caso, por sua vez, embora apagado sob efeito do “Agree” ainda está visível e ativo para o deslocamento. Nestes termos, Caso estrutural e movimento do NP para Spec estão dissociados, ou seja, assinalamento de Caso e EPP são fenômenos independentes. No movimento de um nominal para T, o conjunto- ϕ e EPP de T atuam respectivamente na seleção do NP e na determinação de uma posição para o movimento do NP. O que disto se conclui é que tanto os traços [-interpretáveis] dos itens lexicais, como a propriedade do “deslocamento” se reduzem à morfologia.

Chomsky propõe trabalhar com a idéia de um traço EPP generalizado que abrange as categorias funcionais nucleares, C, v^* e T. Deste modo, cada categoria permite um Spec extra: a posição Spec,TP é criada pelo sujeito de superfície por “merge” ou “move”. A posição XP é criada por movimento do objeto (a operação object shift) e pode estar vazia fonologicamente após movimento-wh para Spec,CP ou Topicalização A’; para C, a frase -wh. Se a propriedade que permite o Spec extra em T é o EPP, por analogia, pode-se chamar as propriedades correspondentes de C e v^* traços EPP, determinando as posições que não são forçadas pelo Princípio da Projeção. Os traços-EPP são [-int], embora as configurações que resultem de sua aplicação tenham efeitos na interpretação. Observe-se o esquema em (37), representando as posições de movimento do sujeito (37a); movimento do objeto, com XP-OD e *t* o seu traço (37b); e movimento A’ com XP a frase-wh (37c):¹⁹

¹⁹ Lasnik, (1999) e (no prelo), adotando a estrutura de frase proposita em Chomsky (1995) afirma que, da mesma forma que a exigência do EPP em AgrS numa sentença com sujeito temático motiva o alçamento deste sujeito de sua posição de base para Spec, AgrS na sintaxe visível, a exigência do EPP em AgrO motiva o movimento do objeto da sua posição inicial para Spec, AgrO em línguas do tipo do inglês. O autor mostra que, na assimetria no alçamento do sujeito e do objeto, a única diferença fica por conta da obrigatoriedade do alçamento do sujeito versus opcionalidade do movimento do objeto (OS). Se AgrO está presente, o alçamento do objeto será forçado pela sua exigência de EPP, e se um NP se move para satisfazer esta exigência, seu caso também será checado. Se AgrO está ausente, a operação de alçamento não ocorre. O traço de Caso do NP é então verificado por licenciamento “in situ” pela operação Agree.

- (37) a. XP - [T YP]
 b. XP - [Subj [v [V t]]]
 c. XP - [C YP]

A análise de Chomsky para o fenômeno do movimento do objeto (object shift-OS) mostra a aplicação da proposta. Como se sabe, as línguas diferem quando à possibilidade do OS e as que o permitem, podem apresentar restrições em sua aplicação. Chomsky afirma que a distinção OS/nãoOS se encontra, em primeiro lugar, na possibilidade de aplicar OS, e propõe implementar, em termos minimalistas, tanto a opcionalidade da operação, quanto os efeitos ou propriedades fonológicas e semânticas que lhe são atribuídas. A implementação se apóia nos princípios da derivação por fases e na concepção de que a interpretação semântica expressa nos termos: informação nova/velha, especificidade/ definitude, foco/tópico, denominado complexo interpretativo (Int), não é o que motiva o deslocamento. O sistema computacional é “dumb” e não teria acesso ao complexo Int, ou a traços envolvendo situações discursivas e outras. Ao contrário, o sistema computacional trata o OS como uma opção, motivado por propriedades do v^* , sendo esta opção expressa na escolha opcional do traço EPP. Se o traço EPP não está em v^* , o OS não ocorre pelo princípio da economia que requer motivação para qualquer movimento. O papel- θ é determinado pela posição temática do argumento e a interpretação semântica na sua posição de superfície. Se OS não se aplica, o obj é interpretado “in situ”. Se OS se aplica formando a cadeia de dois membros <XP, obj>, o papel semântico de superfície é determinado pela posição periférica EPP ocupada pelo obj. A configuração resultante da aplicação de OS tem propriedades particulares, ou efeito interpretativo nas línguas nas quais se aplica (ligada à semântica da especificidade, por exemplo), mas o OS não é, apesar disto, dirigido pela condição interpretativa. Ao contrário, é um movimento puramente formal, idêntico ao movimento do sujeito para Spec,TP, ou movimento da frase-wh para CP[+ wh]. O que ocorre é que a semântica faz uso da diferença sintática entre aplicar ou não a operação, mas não direciona o movimento. A hipótese do “EPP generalizado” que resulta da formulação de um sistema restrito de traços [-int], exigidos pelas condições de interface, não é condizente, portanto, com a hipótese de que o movimento dos constituintes para Spec,TP ou Spec,CP, ativa um conjunto de “traços discursivos” como “tópico”, “foco”, e outros.²⁰

Chomsky afirma ainda que o traço EPP de T deve ser universal, ao contrário do traço EPP de v^* que varia parametricamente entre as línguas, e tem caráter opcional. Ora, esta última afirmação é importante quando se pensa nas línguas de sujeito nulo. De fato, com base em algumas propostas disponíveis na literatura para as línguas de sujeito nulo (cf. seção 3.1) podem ser isoladas as seguintes possibilidades: (i) Spec,TP é sempre projetado na sintaxe, e pode ser preenchido por um *pro* referencial ou expletivo, satisfazendo a propriedade EPP. A diferença em relação a línguas como o inglês e francês é que estas exigem um elemento lexical para verificar o EPP. ii) o sujeito pré-verbal nas sentenças SVO está em posição deslocada fora de TP de modo que Spec,TP nunca

²⁰ Mas cf. argumentação de Rizzi (1995) para os fenômenos da chamada periferia esquerda da frase, que, em seus termos, expressa um sistema de força/finitude e a articulação tópico/comentário. Cf. também Mioto (1999).

projeta. Neste caso, apresentam-se duas possibilidades: (a) assume-se que o traço EPP é satisfeito pelo alçamento do V para T; (b) o sujeito pré-verbal em posição deslocada é retomado pelo *pro* referencial verificando Caso e EPP em Spec,TP. (iii) Spec, TP é sempre projetado nas línguas de sujeito nulo, mas pode ser ocupado por diferentes constituintes, instanciando movimento A e movimento A'. Portanto, está preservado o caráter obrigatório do traço EPP em T.

No entanto, dada a possibilidade da alternância expressão/omissão do pronome sujeito nas línguas de sujeito nulo, gostaria de propor, tentativamente, que esta alternância reflete o caráter opcional do EPP em T nas línguas de sujeito nulo. Em outras palavras, nestas línguas, T é assinalado com um traço-EPP somente se for assinalado com Int, que estou entendendo, neste caso, como a interpretação contrastiva/enfática do pronome realizado lexicalmente. Deste modo, submete-se aos princípios invariantes que governam a opcionalidade e interpretação das posições periféricas. O parâmetro que separa as línguas de EPP obrigatório e EPP opcional em T seria o mesmo que separa línguas de OS, das línguas sem OS, ou seja, uma regra de caráter interpretativo. Em outras palavras, se Int é assinalado às configurações ou posições periféricas EPP, não- θ , ou se, como propôs Chomsky (2001, p. 35) v^* tem um traço EPP, isto leva a supor que, línguas como o PB que perderam a propriedade relevante das línguas de sujeito nulo, apresentem um progressivo aumento na frequência do preenchimento de Spec,TP, inclusive com expletivos. Esta previsão, de fato, tem-se confirmado nos resultados de Duarte (2000).

4. Conclusão

Partindo de uma tipologia dos pronomes nominativos, procurei argumentar, neste texto, a favor da hipótese do afixo de concordância [+pronominal] para as línguas de sujeito nulo, e os seus efeitos no que diz respeito à projeção Spec,TP e propriedade EPP. Considerei ainda que a sintaxe tem um conjunto restrito de recursos para ativar as operações que levam às interpretações discursivas. Se o movimento só ocorre como resultado da atuação de traços puramente formais [-int], ou seja, traços- ϕ do sistema Caso/ ϕ e o traço-EPP para resultar na correta interpretação, o núcleo do tipo apropriado pode ser selecionado com o traço-EPP opcional, incluindo T. Se o núcleo não tem o traço, não vai haver movimento, resultando em uma interpretação distinta. Embora traços como “foco”, “tópico” tenham realização morfológica em muitas línguas, entre elas, japonês, húngaro, russo, não entram no inventário dos traços atuantes na computação das derivações sintáticas, isto é, que ativam o “deslocamento”. Postular estes traços extras pode ter caráter estipulativo. O “deslocamento” ou “merge” interno requer uma posição extra, mas é uma exigência opcional, determinada no léxico. Não há, portanto, movimento para posições temáticas ou outros dispositivos, como traços extras no núcleo para indicar escopo e propriedades relacionadas ao discurso.

Assim, ao apresentar esta breve discussão de aspectos do sistema pronominal e ordem das palavras no PB, meu objetivo foi propor que algumas revisões e extensões podem ser feitas na direção de contribuir ou refinar o programa minimalista, no que tem sido denominado *tese minimalista forte*.

5. Bibliografia

- ALEXIADOU, A. & ANAGNOSTOPOULOU, E. (1998) Parametrized AGR: word order, V-movement and EPP checking. In: *Linguistic Inquiry*. 16: 491-539
- ÂMBAR, M. (1992) *Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em português*. Edições Colibri. Lisboa.
- BARBOSA, P.(1996a) "Clitic placement in European Portuguese and the position of subjects". In: Halpern & Zwicky (eds). *Approaching second position clitics and related Phenomena*. CSLI Publications.
- BARBOSA, P. (2000) Clitics: a window into the Null Subject Parameter. In: COSTA, J.(ed) *Portuguese Syntax. New comparative studies*. Oxford. University Press
- BENVENISTE, E. (1966) "La nature des pronoms", in *Problèmes de Linguistique Générale 1.*, Gallimard, Paris. pp. 251-257
- BELLETTI, A (1990) *Generalized verb movement*. Turin: Rosenberg and Sellier.
- BELLETTI, A & RIZZI, L. (1988) Psych verbs and θ -theory. In: *Natural Language and Linguistic Theory*. 6: 291-351
- BURZIO, L. (1986) *Italian Syntax*. Dordrecht. Foris.
- CARDINALETTI, A. & STARKE, M. (1994) The tipology of structural deficiency. On The three grammatical classes. ms
- CARDINALETTI, A. (1995) Subjects and Clause Structure. University of Venice. Ms.
- CHOMSKY, N. (1995) *The minimalist program*. Cambridge Massachussets: MIT, Press.
- CHOMSKY, N. (2000) Minimalist Inquiries. In: MARTIN, R., MICHAELS, D. & CHOMSKY, N. (2001) Derivation by phase. In: *Ken Halle. A life in Language*.
- KENTOWSICZ, M.(ed). The MIT Press. Cambridge, Mass. London, England. pp. 1-52
- COSTA, J. (1998) "Positions for subjects in European Portuguese." In: AGBAYANI, B. & TANG, S-K. *The proceedings of the fifteen West Coast conference on formal linguistics*. Stanford Linguistics Association. pp. 49-62.
- COSTA, J. (2000) Word order and the discourse-configurationality in European Portuguese. In: COSTA, J (ed) *Portuguese Syntax. New comparative studies*. Oxford. University Press.
- DUARTE, M. E. L. (1995) "A perda do princípio "Evite Pronome" no português brasileiro. " Tese de Doutorado. UNICAMP.
- DUARTE, M. E. L. (2000) The loss of the avoid principle in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A. & NEGRÃO, E.V. (Org.) *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Vervuert – Iberoamericana.
- DUARTE, M. I. (1987) A construção de topicalização na gramática do português: regência, ligação e condições sobre o movimento. Dissertação de Doutorado. Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa.
- DUARTE. M. I.(1997) A Topicalização em Português Europeu: uma análise comparativa. Apresentado no Congresso Internacional sobre o Português. Lisboa. ms.
- EVERETT, D.(1966) "Why there are no clitics. An alternative perspective on pronominal allomorphy." ms.
- GALVES, C. (1993) O Enfraquecimento da Concordância no Português Brasileiro. In: ROBERTS, I. & KATO, M. (orgs), *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Editora da UNICAMP, Campinas pp 387-408.

- GALVES, C. (1997) La syntaxe pronominale du portugais brésilien et la typologie des pronoms. In ZRIBI-HERT, A.(ed) *Les Pronoms*. Paris Presses Universitaires de France. 11-34
- GALVES, C. (1998) "A gramática do português brasileiro". In: *Línguas. Instrumentos Lingüísticos*. Pontes. pp 79-93.
- HUANG, C.-T. J. (1984) "On the Distribution and Reference of Empty Pronouns", *Linguistic Inquiry* 15:4, 531-574.
- ILARI, R. et alii. (1996) "Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise. In: Ataliba de Castilho e Margarida Basílio (orgs.) *Gramática do português falado. Estudos Descritivos*. Vol. IV: 79-168
- KATO, M. (1996) The morpho-phonology of strong and weak pronouns and the pro-drop parameters. ms.
- KATO, M. A. (1999) Strong pronouns, weak pronominals and the null subject parameter. *Probus*. 11 (1) 1-37.
- KATO, M. A. (2000) The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A. & NEGRÃO, E.V.(Org.) *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Vervuert – Iberoamericana.
- KISS, K.(1995)(ed) *Discourse Configurational Languages*. New York. Oxford University Press.
- JAEGGLI, O & SAFIR, K. (1986) (eds) *The null subject parameter*. Kluwer Academic Publishers.
- LASNIK, H. (1999) *Minimalist Analysis*. Blackwell Publications.
- LASNIK, H. (2001) A note on the EPP. *Linguistic Inquiry*. Vol.32: 356-362
- LASNIK, H. (no prelo) Subjects, objects, and the EPP. In: DAVIES, W.D. & DUBINSKY (eds.) *Objects and other subjects: grammatical funtions, functional categories, and configurationality*. Kluwer.
- LASNIK, H.(no prelo) Feature Moviment or agreement at a distance?In. ALEXIADOU, A., ANAGNOSTOPOULOU, E., BARBIERS, S & GAERTNER, H-M (eds.) *Remnant movement F-movement an the T-model*. John Benjamins
- LOBO, M.(1994) Para uma redefinição do parâmetro do sujeito nulo. Dissertação de Mestrado. Lisboa. Universidade de Lisboa. ms
- LUJÁN, Marta (1999) Expresión y omisión del pronombre personal. In: BOSQUE, I. & DEMONTE, V. (dir.) (3 vol.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid. Espasa-CALPE.
- LOBATO, L. (2000) A que se devem as diferenças sintáticas entre o português do Brasil e português europeu? Universidade de Brasília. ms.
- MARTINS, A. M. (1994) Clíticos na história do português. Dissertação de Doutorado. Lisboa. Universidade de Lisboa.
- MIOTO, C. (1999) "O lugar da interpretação semântica na sintaxe: CP no PB." UFCS. ms.
- NEGRÃO, E.V. (1999) "O português brasileiro: uma língua voltada para o discurso."
- PONTES, E.(1987) *O Tópico no português do Brasil*. Campinas. SP Pontes.
- RAPOSO, E. (1994) Construções com se, operadores afectivos e posicionamento dos clíticos em português europeu. UCSB. ms
- RAPOSO, E.(1996) "Towards a unification of topic constructions ." UCSB. ms.
- RAPOSO, E.(1998a) Definite/zero alternations in portuguese. UCSB ms.

- RAPOSO, E.(1998b) Some observations on the pronominal system of portuguese. *Catalan Working Papers in Linguistics*, 6-59-93.
- RAPOSO, E. (2000) Clitic Positions and Verb Movement. In: COSTA, J.(ed) *Portuguese Syntax. New comparative studies*. Oxford. University Press.
- RIGAU, G. (1988) "Strong Pronouns", *Linguistic Inquiry* 19:3, 503-511.
- RIZZI, L. (1986b) "Null Objects in Italian and the Theory of *pro*", *Linguistic Inquiry* 17:3, 501-557.
- RIZZI, L. (1982) *Issues in Italian Syntax*, Foris, Dordrecht
- RIZZI, L. (1982) *Issues in Italian syntax*. Dordrecht. Foris.
- RIZZI, L.(1995) The fine structure of the left periphery. University of Geneve. ms.
- SORIANO, O. F. (1989) “ Strong pronouns in null subject languages and the avoid pronoun principle”. In: *MIT Working Papers in Linguistics*. Vol 11: 228-39.
- SORIANO, O. F. (1999) El pronombre personal .Formas y distribuciones .Pronombres átonos y tónicos. In: BOSQUE, I. & DEMONTE, V. (dir.) (3 vol.) Gramática Descriptiva de la Lengua Española. Madrid. Espasa - CALPE.
- TARALLO, F. (1983) Relativization strategies in Brazilian Portuguese. University of Pennsylvania. Ph.D. Dissertation.
- URIAGEREKA, J (org.)(1995a) Aspects of the syntax of clitic placement in Western Romance. In: *Linguistic Inquiry*. 15: 103-129.
- VALLDUVÍ, E.(1992) *The informational component*. Garland Publishing, Inc. New York. London.
- ZUBIZARRETA, M.L.(1998) *Prosody, focus, and word order*. The MIT Press. Cambridge, Mass. London, England.

O texto foi publicado em: Letras de Hoje. Trabalhos do XV Encontro da ANPOLL-GT de Teoria da Gramática. Miotto, C., Figueiredo Silva, M.C. & Menuzzi, S. (orgs.) Rio Grande do Sul. EDIPUCRS. 2003. pp.71-98.